

Caminhos e colheita

Ensino e pesquisa na
área de inglês no Brasil

Organizadoras

Cristina Maria Teixeira Stevens

Maria Jandyrá Cavalcanti Cunha

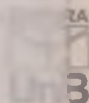
N.Cham. 802.0:37 C183c

Título: Caminhos e colheita : ensino e pesquisa na
área de inglês no Brasil .



10024949
540609

Ex 6 UnB BCE AGE



Caminhos e colheita é uma contribuição para o mapeamento da área de inglês no Brasil, iniciada formalmente na década de 1940. A construção de sua memória é tarefa inadiável, considerando-se a riqueza das atividades desenvolvidas na área ao longo dessas décadas. Para execução deste projeto historiográfico, reunimos professores e pesquisadores de várias instituições brasileiras. Em seus artigos, eles não tratam exclusivamente da língua inglesa como parte do processo educacional brasileiro, mas exploram o ensino e a pesquisa das literaturas em língua inglesa. Analisam os níveis secundário e superior – graduação e pós-graduação – em instituições públicas e privadas e também discutem perspectivas futuras para a área no Brasil.

Caminhos e colheita

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Lauro Morhy

Vice-Reitor

Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Elizabeth Cancelli

Conselheiros:

Alexandre Lima, Clarimar Almeida Valle,
Dione Oliveira Moura, Henryk Siewierski,
Jader Soares Marinho Filho, Marília Steinberger,
Ricardo Silveira Bernardes, Suzete Venturelli



Caminhos e colheita

Ensino e pesquisa
na área de inglês no Brasil

Cristina Maria Teixeira Stevens
Maria Jandyra Cavalcanti Cunha

(ORGANIZADORAS)



Equipe editorial: Severino Francisco (Supervisão editorial); Ludimila Viana Barbosa (Preparação de originais e revisão); Eugênio Felix Braga (Editoração eletrônica); G+Design (Capa); Elmano Rodrigues Pinheiro (Supervisão gráfica)

Copyright © 2003 by Cristina Maria Teixeira Stevens e Maria Jandyra Cavalcanti Cunha (Organizadoras).

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
SCS Q. 02 Bloco C nº 78 Ed. ~~OK~~ ~~anda~~
70300-500 – Brasília, DF
Tel: (0xx61) 226-6874
Fax: (0xx61) 225-5611
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

C183 Caminhos e colheita: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil / Cristina Maria Teixeira Stevens e Maria Jandyra Cavalcanti Cunha (organizadoras). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2003.
280 p.

ISBN: 85-230-0735-0

1. Língua inglesa-ensino. 2. Literatura inglesa-ensino.
I. Stevens, Cristina Maria Teixeira. II. Cunha, Maria Jandyra Cavalcanti.

CDU 802.0:37
820:37

*What is a map?
A picture of the Whole, or a part
Of the Earth's surface.*

Elizabeth Bishop, *Poems*

*But a crop is a crop
And who's to say
When the harvest shall stop?*

Robert Frost, *Gathering leaves*

A Kera Stevens,
que é parte desta história

Sumário

ORGANIZADORAS, 11

COLABORADORES, 13

APRESENTAÇÃO, 17

CAPÍTULO 1

ONTEM E HOJE NO ENSINO DE LÍNGUAS NO BRASIL, 19

José Carlos Paes de Almeida Filho

CAPÍTULO 2

UMA VISÃO GERAL DO ENSINO DE INGLÊS NO BRASIL, 35

Sara Walker

CAPÍTULO 3

A LDB E A LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE O ENSINO E A FORMAÇÃO DE PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA, 53

Vera Lucia Menezes de O. e Paiva

CAPÍTULO 4

DA DIDÁTICA À PEDAGOGIA: UMA DESVENTURA BRASILEIRA DE PROPORÇÕES PEDAGÓGICAS, 85

Lynn Mario T. Menezes de Souza

CAPÍTULO 5

A PEDAGOGIA CRÍTICA, A ESTILÍSTICA E O ENSINO DAS LITERATURAS EM LÍNGUA INGLESA, **107**

Sonia Zyngier

CAPÍTULO 6

A PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA NO BRASIL – RESGATE E RUMOS, **127**

Cristina Maria Teixeira Stevens

CAPÍTULO 7

MOMENTOS HISTÓRICOS NA PESQUISA DA ÁREA DE LÍNGUA INGLESA, **169**

Maria Jandyra Cavalcanti Cunha

CAPÍTULO 8

O ENSINO DO INGLÊS NO FUTURO: DA DICOTOMIA PARA A CONVERGÊNCIA, **225**

Vilson J. Leffa

CAPÍTULO 9

ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES DE INGLÊS, **251**

Carlos Daghlian

CAPÍTULO 10

QUANDO, COMO E POR QUE APRENDI INGLÊS: AS NARRATIVAS DE FRANCISCO, HILÁRIO, ANTONIETA, MUNIRA E NORA, **267**

Maria Jandyra Cavalcanti Cunha

Cristina Maria Teixeira Stevens

Organizadoras

CRISTINA STEVENS é doutora em literatura inglesa pela Universidade de São Paulo, tendo feito seu mestrado em Letras, área de língua inglesa e literaturas correspondentes, na Universidade Federal de Santa Catarina. É professora de literaturas de língua inglesa do Departamento de Teoria Literária e Literatura do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Organizou o livro *Quando o tio Sam pegar no tamborim: uma perspectiva transcultural do Brasil* (Brasília, Plano, 2000). Foi secretária da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (Anpoll) e vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos Americanos (Abea). Atualmente é secretária da Associação Brasileira de Professores Universitários de Inglês (Abrapui).

MARIA JANDYRA CAVALCANTI CUNHA doutorou-se em lingüística na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lancaster, Inglaterra, tendo obtido seu grau de mestre em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, na área de língua inglesa e literaturas correspondentes. Com Cristina Stevens, liderou a reformulação acadêmica do antigo mestrado em língua inglesa para o atual mestrado em lingüística aplicada (concentração na área de ensino/aprendizagem de línguas) no Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília. Hoje é pesquisadora associada desse programa. Publicou vários artigos no Brasil e no exterior e organizou (com

Percília Santos) as obras *Ensino e aprendizagem de português para falantes de outras línguas* (Brasília, Editora UnB, 1999) e *Tópicos em português língua estrangeira* (Brasília, Editora UnB, 2002), que incluem artigos voltados para a aprendizagem de nossa língua por anglofalantes.

Colaboradores

CARLOS DAGHLIAN é doutor em Letras pela Universidade de São Paulo, com mestrado na Universidade Pepperdine, Los Angeles, EUA. É livre-docente e titular pela Universidade Estadual de São Paulo, onde leciona Teoria Literária e Literatura Norte-Americana no Departamento de Letras Modernas. É diretor das revistas *Estudos Anglo-Americanos*, e *Stylos*, do Programa de Pós-Graduação em Letras do Ibilce/Unesp. É autor da obra *Os Discursos americanos de Joaquim Nabuco* (Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1988) e organizador do livro *Poesia e música* (São Paulo, Perspectiva, 1985), tendo publicado vários trabalhos em periódicos nacionais e internacionais. Foi biografado, em 2001, por George Monteiro, em publicação da *Emily Dickinson International Society*, a propósito de suas atividades relacionadas com a poesia dessa autora. Desde 1976, é presidente da Associação Brasileira de Professores Universitários de Inglês (Abrapui).

JOSÉ CARLOS PAES DE ALMEIDA FILHO é professor de lingüística aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, com área de concentração no ensino/aprendizagem de línguas. Orientou várias teses de mestrado e doutorado sobre os processos de ensinar e aprender língua inglesa. É autor do livro *Dimensões comunicativas no ensino de línguas* (Campinas, Pontes, 1993), hoje na terceira edição,

e organizador de outros quatro livros na área de português-língua estrangeira. No ano de 2000, por ocasião da comemoração dos 500 anos do Brasil, ofertou a disciplina História do Ensino de Línguas no Brasil, até então inédita no país.

LYNN MARIO T. MENEZES DE SOUZA nasceu no Iêmen e criou-se na Inglaterra, onde fez bacharelado em lingüística pela Universidade de Reading. Em meados da década de 1970, foi professor de Letras na Universidade de Moçambique. Desde 1988 leciona língua inglesa e literaturas em língua inglesa no Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo. No início da década de 1980, elaborou, como co-autor, alguns dos primeiros conjuntos de livros didáticos do ensino comunicativo no Brasil – *English in Brazil*, e *Time educational program*. Coordenou o primeiro conjunto de livros didáticos do ensino comunicativo para o ensino de inglês na rede escolar – *Out turn* – no início da década de 1980. Publicou diversos artigos em periódicos e livros nacionais e estrangeiros nas áreas de ensino de inglês, lingüística aplicada, literaturas pós coloniais, ensino de literaturas e, mais recentemente, sobre letramento multimodal e escritas indígenas no Brasil e nas Américas.

SARAH WALKER nasceu na Inglaterra, onde se graduou em línguas modernas na Universidade de Oxford e obteve o título de mestre em estudos latino-americanos na Universidade de Londres. Ensina inglês no Brasil desde 1967, tendo trabalhado na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, no Rio de Janeiro, e no Instituto Britânico Independente, em Brasília. Hoje é professora do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, onde ensina inglês instrumental para diplomacia. Atualmente dá consultorias a diversas entidades, tais como o Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, AS e o Con-

selho Britânico. Entre suas publicações, destaca-se *English 2000 landmark review of ELT in Brazil* (The British Council, Londres, 1997 e 2000). Foi presidente do Braz-Tesol (1998-1999) e da Laurels (1990-1991).

SÔNIA ZYNGIER é doutora em lingüística aplicada pela Universidade de Birmingham, com mestrado em literatura inglesa pela Universidade de Liverpool. É professora de língua e literaturas em inglês na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É também diretora adjunta de cultura e extensão da Faculdade de Letras. Grande parte de seu trabalho é voltado para a estilística e o ensino de literaturas em inglês, incluindo um livro didático de estilística e conscientização literária. Sua área de pesquisa inclui análise do discurso e estilística pedagógica, desenvolvendo no momento, projeto na área da ciência empírica da literatura e suas implicações para a educação literária.

VERA LÚCIA MENEZES DE OLIVEIRA E PAIVA é professora de língua inglesa na Faculdade de Letras da UFMG e atualmente preside a Comissão de Especialistas de Ensino de Letras da Sesu-MEC e a Associação de Lingüística Aplicada do Brasil. Orientou dissertações de mestrado e doutorado nas áreas de lingüística aplicada e de análise do discurso. Organizou três livros, tendo ainda publicado trabalhos no Brasil e no exterior. Sua pesquisa atual foca a interação e a aprendizagem em ambiente virtual.

VILSON J. LEFFA doutorou-se em lingüística aplicada pela Universidade do Texas, com mestrado em Letras (área de língua inglesa e literaturas correspondentes) da Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalhou na Universidade Federal do Rio

Grande do Sul e atualmente é professor da Universidade Católica de Pelotas. Foi duas vezes presidente da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (Alab). Pesquisa na área de leitura, escrita e política do ensino de línguas estrangeiras. Tem artigos publicados no Brasil e no exterior. No Brasil publicou a obra *Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística* (1996) e organizou várias outras: *Autonomy in language learning* (1994), *O ensino da leitura e produção textual: alternativas de renovação* (com Aracy Pereira, em 1999), *As palavras e sua companhia: o léxico na aprendizagem* (2000) e *O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão* (2001). Organizou também o CD-ROM *Textos em linguística aplicada (Tela)* (2000). Mais recentemente concentrou-se no estudo das novas tecnologias no ensino de línguas, incluindo o computador e o ensino a distância.

Apresentação

O projeto deste livro foi adiado várias vezes em função de compromissos acadêmicos urgentes, mas não necessariamente mais importantes. Há algum tempo vínhamos sentindo que o ensino de inglês no Brasil, iniciado na década de quarenta, precisava ser mapeado. Acreditávamos que fosse importante contribuir para a construção da memória da nossa área.

Felizmente, para isso, conseguimos reunir uma equipe de brilhantes colaboradores interessados em integrar nosso projeto, o que nos possibilitou organizar este livro. Oriundos de várias universidades brasileiras, a contribuição desses professores e pesquisadores evidencia também a diversidade da experiência acadêmica e profissional em nosso país.

Os artigos aqui compilados não se limitaram à presença da língua inglesa como parte do processo educacional brasileiro, mas igualmente aborda o ensino e a pesquisa das literaturas em língua inglesa. Tratam eles dos níveis secundários e superior – graduação e pós-graduação, em instituições públicas e privadas e também analisam perspectivas futuras para a área no Brasil.

O nome do livro – *História do ensino e da pesquisa na área de Inglês no Brasil* – traduz o objetivo norteador do projeto, qual seja, o registro de elementos para identificação de rotas, rumos, contornos e perspectivas futuras para a área. O livro analisa as dimensões essenciais do ensino e pesquisa da área em nosso país: aspectos legislativos, históricos, associativos, institucionais, acadêmicos. Esses caminhos nos levam à colheita

dos frutos obtidos ao longo da história da língua inglesa e respectivas literaturas no país. Em tempo de colheita, algumas sementes se perdem ao caírem em terreno árido, enquanto outras se frutificam em solo fértil.¹ São esses frutos que nos interessam para o livro.

¹ MUTRAM, M. Língua inglesa: tempo de colheita. *Estudos Avançados*, n. 8(22), USP, 1994.

Capítulo 2

Uma visão geral do ensino de inglês no Brasil

Sara Walker

Resumo

Na primeira parte, o capítulo oferece informações e estatísticas sobre a educação e o ensino de inglês no Brasil a partir da Constituição, da LDB, dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e dos Censos Educacionais do Inep. Na segunda parte, delinea quatro grandes setores de ensino de inglês: institutos de ensino superior/universidades; ensino regular em colégios particulares; ensino regular em escolas públicas; institutos particulares de língua), no intuito de examinar os pontos positivos e as dificuldades enfrentadas em cada um deles.

Abstract

The first part of this chapter provides information and statistics on education and English teaching in Brazil, based on

the Constitution, the LDB (Basic Guidelines Law, which regulates education) and the National Curriculum Parameters (PCNs). The second half outlines four main areas of English teaching (1. Universities and Higher Education; 2. Curricular English teaching in Private Schools; 3. Curricular English teaching in Public-Sector Schools; and 4. Private Language-Teaching Institutes), with a view to analysing the strengths and difficulties of each sector.

O contexto: aspectos do sistema educacional

O ensino de inglês no Brasil faz parte do complexo sistema nacional de educação. Portanto, cabe levantar alguns dados básicos sobre o sistema educacional deste vasto país, antes de entrar nas particularidades da situação da língua estrangeira moderna como disciplina específica.

O artigo 205 da Constituição brasileira de 1988¹ traz a seguinte definição da educação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

No artigo 206, constatamos:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
(...)

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

¹ Constituição do Brasil de 1988.

O papel do setor particular também tem destaque no artigo 209, que diz:

O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II – autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

Mais adiante, veremos que o ensino de línguas estrangeiras tende a aumentar a grande disparidade que se verifica, principalmente nos grandes centros urbanos do Brasil, entre ensino público e ensino particular. Em diversos casos, as maiores instituições particulares de ensino fundamental e médio resolveram investir pesado em recursos e convênios para melhorar o padrão do ensino de inglês.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação² de dezembro de 1996 regulamenta o sistema de educação e contém diversas referências específicas ao ensino de uma língua estrangeira moderna.

O artigo 24, IV, oferece a possibilidade de seleção de alunos de acordo com seus conhecimentos prévios e/ou aptidão lingüística para as aulas de língua estrangeira:

IV – poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

No artigo 26 encontramos:

O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

² Lei n. 9.394/96 (LDB).

II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Tal sistema já está sendo implantado em alguns colégios particulares e nos colégios militares, mas as escolas estaduais e municipais dificilmente têm condições de dividir as turmas para o ensino de línguas.

Com raras exceções, a língua estrangeira escolhida é o inglês. O espanhol poderia ocupar um espaço mais amplo, principalmente no sul do país, se houvesse maior disponibilidade de professores qualificados. Porém, o crescente interesse pela língua espanhola gerado pela criação do Mercosul defronta-se com um déficit de professores, decorrente da falta de uma tradição de estudos de língua e literaturas hispânicas nas universidades brasileiras, que só agora começa a ser corrigida.

Uma rápida olhada nas estatísticas do ensino fundamental e médio mostra que um dos primeiros problemas a ser enfrentado no ensino de línguas nas escolas diz respeito ao número de alunos (Tabela 1). O total de alunos que estudam (ou deveriam estudar) uma língua estrangeira moderna na grade curricular é superior a 25 milhões, somando os alunos de 5ª a 8ª série com os do ensino médio e os do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) (antigo supletivo).

Não se sabe exatamente quantos professores de inglês há no Brasil; mas muitos deles, apesar de terem concluído curso superior de Letras, possuem fraco domínio da língua inglesa.

TABELA 1

Grandes números da educação básica Brasil (2000)					
Grandes números	Níveis e modalidades de ensino				
	Pré-escola e classe de alfabetização	Fundamental	Médio	Especial	Jovens e adultos
Escolas					
Total	116.925	181.504	19.456	6.750	20.892
Públicas	82.775	163.368	13.227	4.906	18.933
Privadas	34.150	18.136	6.229	1.844	1.959
Urbanas	67.817	69.595	18.777	6.571	14.859
Rurais	49.108	111.909	679	179	6.033
Funções docentes					
Total	270.617	1.538.011	430.467	40.986	122.699
Formação completa					
Nível fundamental	19.161	48.578	506	557	2.174
Nível médio	183.624	737.971	49.176	21.184	37.026
Nível superior	56.440	755.475	380.679	19.003	82.850
Matrícula					
Total	5.095.376	35.717.948	8.192.948	300.520	3.410.830
1ª a 4ª série		20.211.506		...	843.470
5ª a 8ª série		15.506.442		...	1.428.644
Masculino	2.587.228	18.244.121	3.721.535
Feminino	2.508.148	17.473.827	4.471.413
Pública	3.759.610	32.528.707	7.039.529	131.963	3.035.295
Privada	1.335.766	3.189.241	1.153.419	168.557	375.535
Urbana	4.357.187	29.288.844	8.093.173	297.062	3.201.171
Rural	738.189	6.429.104	99.775	3.458	209.659
Diurno	5.090.536	31.864.068	3.819.585
Noturno	4.840	3.853.880	4.373.363

Fonte: MEC/Inep (<http://www.inep.gov.br/estatisticas/numeros/brasil01.htm>)

Notas: 1) a mesma escola pode oferecer mais de um nível/modalidade de ensino

2) o mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de uma escola

3) o mesmo docente de ensino fundamental pode atuar de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries

4) educação de jovens e adultos em cursos presenciais com avaliação do processo

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados por uma equipe contratada pelo MEC para orientar o ensino da língua estrangeira moderna no ensino fundamental (5^a a 8^a série), confirmam o seu papel social, mas recomendam o ensino da leitura:

A inclusão de uma área no currículo deve ser determinada, entre outros fatores, pela função que desempenha na sociedade. Em relação a uma LE, isso requer uma reflexão sobre o seu uso efetivo pela população. No Brasil, tomando-se como exceção o caso do espanhol, principalmente nos contextos das fronteiras nacionais, e o de algumas línguas nos espaços das comunidades de imigrantes (polonês, alemão, italiano etc.) e de grupos nativos, somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de usar LEs como instrumento de comunicação oral, dentro ou fora do país. Mesmo nos grandes centros, o número de pessoas que utilizam o conhecimento das habilidades orais de uma LE em situação de trabalho é relativamente pequeno. Deste modo, considerar o desenvolvimento de habilidades orais como central no ensino de LEs no Brasil [é] não levar em conta o critério de relevância social para a sua aprendizagem. Com exceção da situação específica de algumas regiões turísticas ou de algumas comunidades plurilingües, o uso de uma LE no Brasil parece estar, em geral, mais vinculado à leitura de literatura técnica ou de lazer. Note-se também que os únicos exames formais em LE (vestibular e admissão a cursos de pós-graduação) requerem o domínio da habilidade de leitura. Portanto, a leitura atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, é a habilidade que o aluno pode usar em seu próprio contexto social imediato. Além disso, a aprendizagem de leitura em LE pode ajudar o desenvolvimento integral do letramento do aluno. A leitura tem função primordial na escola e aprender a ler em LE pode colaborar no desempenho do aluno como leitor em sua LM.³

³ Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), 1998.

Convém lembrar, também, que as universidades brasileiras têm quase duas décadas de experiência no campo do ensino de inglês instrumental com estratégias de leitura, a partir do bem-sucedido Projeto Inglês Instrumental/Brazilian ESP Project, iniciado em 1980 sob a coordenação da professora M. Antonieta Celani da PUC-SP.⁴ Tal fato pode ter influenciado a escolha da leitura como habilidade principal a ser desenvolvida pelos alunos de 5^a a 8^a série e do ensino médio.

Passando do ensino básico para o ensino superior, observamos que nos últimos cinco anos há uma extraordinária proliferação de centros universitários e faculdades particulares. Tal expansão pode ser atribuída a dois fatores principais: primeiro, a uma mudança na lei com o Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, que passou a permitir que tais instituições tenham fins lucrativos. O segundo fator é a prioridade dada ao ensino fundamental, ao nível de política nacional de educação. Tal política teve reflexos perversos nas universidades públicas, onde a falta de investimentos novos em escala significativa, com a progressiva erosão salarial dos docentes, criou uma certa desmoralização entre professores e pesquisadores.

No ano 2000, existiam no país 1.004 institutos particulares, contra apenas 176 universidades e instituições de ensino superior públicas (Tabela 2). Deste modo, o quadro do ensino superior, no qual cerca de 60% dos alunos freqüentam cursos pagos, é o inverso do ensino fundamental, em que a porcentagem de alunos em escolas particulares é de menos de 10%, e do ensino médio, no qual aproximadamente 15% do total de alunos estudam em colégios privados (Tabelas 1 e 2).

⁴ CELANI et al, 1988.

TABELA 2

Ensino superior – dados básicos						
Estatísticas	Ano	Total	Categoria administrativa			
			Federal	Estadual	Municipal	Privada
Instituições	2000	1.180	61	61	54	1.004
Cursos	2000	10.585	1.996	1.755	270	6.564
Matriculas	2000	2.694.245	482.750	332.104	72.172	1.807.219
Concluintes	1999	324.734	59.098	43.757	9.596	212.283
Funções docentes em exercício	2000	183.194	43.739	30.836	4.137	104.482
Funcionários técnico-administrativos em exercício	2000	198.074	67.001	43.879	2.693	84.501
Vagas oferecidas	2000	1.100.224	115.272	94.441	28.269	862.242
Inscrições	2000	3.826.293	1.129.749	951.594	59.044	1.685.906
Ingressos	2000	829.706	113.388	90.341	23.428	602.549

Fonte: MEC/Inep

O inglês no ensino superior

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Letras oferecem uma boa definição do objetivo dos cursos, embora sem entrar em detalhes sobre a maneira de alcançá-lo:

Competências e Habilidades

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações lingüísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.⁵

⁵ Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais.

Na realidade, a qualidade dos cursos de Letras-português/inglês e do corpo discente varia muito entre as universidades brasileiras. Nos grandes centros urbanos, há cursos e alunos de ótimo nível, enquanto no interior existem cursos de Letras que deixam muito a desejar. Em parte, tal fenômeno pode ser considerado reflexo de uma longa tradição cultural: os cursos de maior prestígio, na área de ciências, são os de Medicina, Engenharia e, no campo das humanidades, Direito e Comunicação; quem não tem capacidade intelectual para enfrentar a concorrência intensa do vestibular para estas áreas se contenta, entre outros cursos menos concorridos, com o de Letras.

Existe um verdadeiro círculo vicioso no ensino de inglês em nível nacional. O mau aproveitamento dos sete anos de língua estrangeira moderna na grade curricular do ensino básico leva muitos estudantes a ingressar na faculdade de Letras sem nenhum domínio da língua inglesa. Por sua vez, muitas universidades e institutos de ensino superior não conseguem suprir tais deficiências, formando, deste modo, profissionais fracos nos seus cursos de licenciatura.

O estudante que pretende se formar em língua inglesa não se submete a nenhuma prova específica, como o faria o vestibulando de música, arquitetura ou desenho industrial. A capacidade do estudante de Letras é avaliada com base em uma prova múltipla-escolha de inglês, de leitura e gramática, sem nenhuma exigência de redação própria nem de domínio oral da língua inglesa. Assim, as turmas que iniciam os cursos de Letras são, às vezes, bem heterogêneas, com uma minoria de alunos que já completou um programa de intercâmbio em país de língua inglesa, voltando do exterior capaz de conversar com desenvoltura, ao lado de estudantes formados no Brasil, que não passam do nível de iniciante ou falso iniciante. No momento atual, o Exame Nacional de Cursos (Provão) avalia apenas os estudantes concluindo Letras-português, sem examinar os concluintes dos cursos de língua e literaturas estrangeiras.

Para fazer frente à heterogeneidade das turmas nos cursos de graduação, algumas instituições promovem os alunos mais fortes por meio de testes para créditos; outras criam centros de línguas para ministrar cursos comunicativos, encaminhando os mais fracos para o referido centro. Além de cursos para universitários de diversas áreas, os centros de línguas costumam oferecer vagas à comunidade, fornecendo, assim, uma fonte de renda à universidade, além de possibilitar mais uma opção de treinamento aos estudantes do Estágio Supervisionado do curso de licenciatura.

Olhando pelo lado mais otimista, a criação de tais centros, com o estabelecimento de convênios para intercâmbio com universidades em países de língua inglesa, oferece uma perspectiva de melhora do desempenho dos estudantes de Letras-inglês a médio ou longo prazo.

O inglês no ensino básico público

Recente avaliação de 125 professores de inglês do ensino médio no Estado de Tocantins parece confirmar o círculo vicioso do ensino fundamental e superior. O teste, elaborado pelo University of Cambridge Local Examinations Syndicate (Ucles) e publicado pela Oxford University Press,⁶ continha 40 questões múltipla-escolha destinadas a avaliar leitura e vocabulário. Dos 125 professores testados, a grande maioria (96 candidatos) tinha formação completa em letras. Outros 10 professores tinham formação de nível superior em outros cursos (pedagogia, administração, etc.) e 12 estavam cursando Letras sem ter se formado ainda.

⁶ Quick Placement Test, Oxford University Press.

Max. 40 pontos	Iniciante (0-15 pontos)	Nível elementar (16-23 pontos)	Pré-intermediário (24-30 pontos)	Alto intermediário (31-40 pontos)	Total
	48 professores	66 professores	9 professores	2 professores	125 professores

Fonte: British Council, 2002

Já que os fracos resultados não podem ser atribuídos à falta de qualificação dos candidatos, é de supor que os cursos de graduação oferecem poucas condições de dominar a língua inglesa. Outro fator relevante seria a falta de auto-confiança no seu domínio da língua, mostrada por muitos professores em suas respostas a um questionário aplicado na mesma oportunidade.

Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)⁷ reconhecem este e outros problemas no que tange ao ensino da língua estrangeira moderna no ensino regular público:

Deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido ao giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. Assim, o foco na leitura pode ser justificado em termos da função social das LEs no país e também em termos dos objetivos realizáveis tendo em vista condições existentes.

Na verdade, a carga horária reduzida, com uma média de noventa minutos de inglês por semana durante sete anos, não conduz a uma aprendizagem sólida. Os próprios alunos não acreditam que a escola seja o local adequado à aprendizagem da língua, e reclamam das aulas, recusando-se muitas vezes a adquirir o livro didático indicado pelo professor.

Porém, os PCNs acham que as línguas estrangeiras devem continuar na grade curricular:

⁷ PCNs, 1998

Embora seu conhecimento seja altamente prestigiado na sociedade, as LEs, enquanto disciplinas, se encontram deslocadas da escola. A proliferação de cursos particulares é evidência clara para tal afirmação. O ensino de LE, como o de outras disciplinas, é função da escola, e é lá que este ensino deve ocorrer.

Em contraste com esta situação, alguns estados criaram uma rede de centros de línguas, mantidos pela Secretaria de Educação, o que possibilita ao aluno realmente interessado em línguas estrangeiras estudar num ambiente mais propício. O novo sistema de ensino médio, composto de 1.800 horas-aula de matérias obrigatórias e 600 horas de currículo diversificado, fornece uma possível justificativa para a expansão e a proliferação de tais centros.

O quadro desolador do inglês nas salas de aula da escola pública começa a mudar em alguns estados. Estes estados, entre eles Paraná, Tocantins, Goiás e São Paulo, contam com ótimos programas de capacitação para seus professores de inglês. O Paraná ELT Project, uma parceria da Seed-Secretaria de Educação com o British Council, abrange o público de quatro mil professores de inglês do Paraná, com atividades visando à proficiência em inglês e a melhora nas técnicas de ensino. O treinamento oferecido inclui cursos de língua inglesa ministrados pelos Núcleos de Assessoria Pedagógico de sete universidades paranaenses, um programa da Open University (Inglaterra) de metodologia de ensino, ministrado inteiramente em inglês, um curso de ensino à distância pela Internet e uma série de cursos presenciais e de imersão. Tal projeto foi custeado durante dois anos com recursos do Banco Mundial e deverá continuar por mais dois anos com verbas do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Estado de Tocantins pretende montar um programa parecido em escala menor para o público alvo dos 374 professores de inglês da rede estadual de ensino médio. Já no Estado de São Paulo, a parceria é da Secretaria de Educação com a Cultura Inglesa, a PUC-SP e a Unesp, com a utilização de recursos educacionais inteiramente desenvolvidos no Brasil.

É de se esperar que o avanço da globalização, a implantação de bons programas de capacitação para o corpo docente, com a instalação de computadores nas escolas possam ter um efeito benéfico na motivação tanto dos alunos quanto dos professores de inglês, revertendo a curto ou a médio prazo a triste situação atual.

O inglês no ensino básico particular

As elites brasileiras procuram a rede particular de ensino, exigindo padrões mais altos de qualidade. Tal tendência contribuiu para o aumento da disparidade entre ensino público e escola particular, fenômeno que se acentuou sensivelmente durante o regime militar entre 1964 e 1985. Nesse período, a classe média começou a retirar seus filhos da rede pública (até então considerada muitas vezes superior ao ensino particular) para colocá-los em colégios particulares. É uma ironia da conjuntura atual que as famílias de elite encarem o ensino básico particular como o caminho mais seguro de garantir uma vaga numa universidade federal ou estadual para o curso superior.

Nas décadas de 1970 a 1990, era normal a família de classe média ou alta procurar um instituto particular de inglês fora das instalações do colégio de ensino regular. Hoje, com o aumento das mensalidades tanto dos colégios particulares quanto dos cursos de inglês e a estagnação dos salários de muitos chefes de família, há uma pressão dos pais de alunos para os colégios oferecerem um padrão de aprendizagem de inglês comunicativo compatível com os cursos oferecidos pelos institutos especializados de línguas.

Para atingir tal finalidade, há vários caminhos. A terceirização do ensino de línguas é uma opção, com a contratação de um dos institutos de línguas para ministrar os cursos, ou no horário normal de aulas ou em período alternado. Outra solução é criar con-

vênios com universidades e instituições no exterior para que os estudantes possam fazer cursos de curta duração nas férias escolares, ou programas mais longos de intercâmbio cultural e educacional, com duração de seis meses ou um ano. Uma terceira alternativa é a de capacitar os professores de língua estrangeira, e às vezes os professores de outras matérias também, com aulas especiais de inglês e de metodologia de ensino. A informatização dos colégios particulares também oferece boas perspectivas de uso de recursos multimídia para o ensino e a aprendizagem de inglês.

Os cursos livres de inglês

O Brasil tem também uma verdadeira indústria de ensino de inglês, com cursos livres, cujo padrão de qualidade é variável. Para os institutos e cursos particulares de inglês, não há nenhuma exigência de supervisão das autoridades educacionais. Porém, o simples fato de tais cursos livres existirem em grande número contribui para a idéia bastante generalizada de que, para dominar a comunicação em língua estrangeira, o aluno precisa de aula extra, fora do meio ambiente da escola regular. Estimativas do número de alunos, de todas as faixas etárias, cursando inglês nos cursos livres variam de um a dois milhões de pessoas.

Os melhores institutos oferecem um serviço excelente à comunidade, inclusive de atividades culturais e cívico-educacionais. Neste grupo encontram-se os US Binational Centers, as Culturas Inglesas e as escolas Laurels. Tais institutos normalmente têm cursos de formação de professores, centros e cursos de preparação para provas internacionais e costumam promover cursos e congressos no intuito de contribuir para melhorar o padrão de ensino de inglês no Brasil. Mas como tais atividades têm custo alto, as mensalidades dos cursos de gabarito são relativamente altas.

A concorrência no setor é cada vez mais acirrada por causa do rápido crescimento do número de cursos de línguas, muitos deles organizados à base de franquias. O *website* da Associação Brasileira de Franchising⁸ lista mais de trinta cursos de inglês, com preços de cinco mil reais a 110 mil reais para aquisição da franquia. Os lucros de tais cursos provêm, muitas vezes, da venda de material didático, nem sempre de boa qualidade, aos alunos matriculados nos institutos.

Os centros de línguas das universidades públicas e particulares, com instalações fornecidas de graça e isenção de uma série de impostos cobrados dos cursos livres, têm condições de oferecer um bom padrão de ensino a preços menores que os cursos livres. Em uma cidade brasileira, os cursos livres da região uniram-se para entrar na justiça contra o centro de línguas da universidade federal, alegando concorrência desleal. A universidade ganhou a causa.

A longo prazo, com a perspectiva de uma aprendizagem mais eficiente de línguas estrangeiras em todos os setores do ensino regular e superior, os cursos livres terão de procurar novos nichos no mercado.

Conclusão

O ensino de inglês do Brasil mostra sinais de mudanças para melhor, apesar da sua tendência tradicional de privilegiar as elites. Para garantir um nível de ensino-aprendizagem que conduza à formação de cidadãos com espírito crítico e capazes de enfrentar o mundo da globalização com um domínio pelo menos razoável da língua inglesa, é preciso mobilizar professores e alunos. Em primeiro lugar, é essencial acreditar na possibilida-

⁸ www.abf.com.br

de de aprender uma língua no ensino regular ou superior. Em segundo lugar, é válido usar todos os meios, inclusive as associações de professores e os sindicatos, para tentar aumentar o número de horas por semana de inglês na grade curricular durante os quatro anos do ensino fundamental ou, eventualmente, os três anos do ensino médio, em vez de continuar com os atuais noventa minutos de aula por semana durante os sete anos da educação básica. Tal mudança poderia reverter o quadro do aluno de inglês que leva sete anos para aprender, sem muito êxito, o verbo *to be*. Também é necessário melhorar o padrão geral do ensino de inglês em nível superior, com medidas como a implantação do Exame Nacional de Cursos (Provão), aulas de conversação e estágios no exterior.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANCHISING, EDUCAÇÃO E TREINAMENTO (<http://www.abf.com.br/pfBusca.asp?IDBusca=7&Busca=2>).

CELANI, M. A. et al. *The brazilian ESP project: an evaluation* PUC-SP. São Paulo: Educ, 1988. (Mais informações no Centro de Pesquisas, Recursos e Informação em Leitura (Cepril) na PUC-SP [cepril@pucsp.br]).

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO (<http://www.educacao.gov.br/Sesu/diretriz.shtm>).

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CES. Parecer n. 492, de 3 de abril de 1984. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, 3 abr. 1984, p. 29.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP) (<http://www.inep.gov.br/estatisticas/numeros/brasil01.htm>).

BRASIL. Censo Escolar 2001 (números da Educação no Brasil, 2002) (<http://www.inep.gov.br/estatisticas/numeros/default.asp>).

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental (<http://www.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pdf/estrangeira.pdf>).

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). 5ª a 8ª série. Língua Estrangeira Moderna, v. 9, terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, 1998

BRASIL. Ministério da Educação (<http://www.mec.gov.br/home/legislacao/default.shtm#leis>)

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de novembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Quick Placement Test (paper and pen test) Oxford: Oxford University Press, 1998.

BRASIL. Senado Federal. (<http://www.senado.gov.br/bdtextual/const88/const88i.htm>).

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

WALKER, Sara. *British Council English 2000 landmark review of ELT in Brazil*. 2. ed. Londres: 1997, 2000.

O nome do livro – *Caminhos e colheita* – traduz o objetivo central do projeto, que é a localização de elementos para identificação de rotas, rumos, contornos e perspectivas futuras para a área. A obra analisa as dimensões essenciais do ensino e da pesquisa da área em nosso país: aspectos legislativos, históricos, associativos, institucionais e acadêmicos.

Cristina Maria Teixeira

Stevens, doutora em literatura inglesa pela Universidade de São Paulo, é professora de literaturas de língua inglesa na Universidade de Brasília. É secretária da Associação Brasileira de Professores Universitários de Inglês.

Maria Jandyra Cavalcanti

Cunha, doutora em linguística pela Universidade de Lancaster, Inglaterra, é pesquisadora na Universidade de Brasília. Publicou vários trabalhos no Brasil e no exterior na área de ensino de línguas estrangeiras.

Caminhos e colheita é o produto de um esforço historiográfico de professores e pesquisadores de várias universidades brasileiras que atuam na área de língua inglesa e literaturas correspondentes. A obra apresenta elementos para identificação de rotas, rumos, contornos e perspectivas futuras para a área. Analisa aspectos legislativos, históricos, associativos, institucionais e acadêmicos do ensino e da pesquisa da área em nosso país.

Código EDU: 366609

ISBN 85-230-0735-0



9 788523 007355